

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

William Braathen Salgueiro

**A PARTILHA DO LUCRO NAS EMPRESAS DE ECONOMIA DE
COMUNHÃO**

Porto Alegre

2011

William Braathen Salgueiro

**A PARTILHA DO LUCRO NAS EMPRESAS DE ECONOMIA DE
COMUNHÃO**

**Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado ao Departamento
de Ciências Administrativas da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a obtenção
de Bacharel em Administração.**

**Orientador: Professor Dr. André Luís
Martinewski**

Porto Alegre

2011

William Braathen Salgueiro

**A PARTILHA DO LUCRO NAS EMPRESAS DE ECONOMIA DE
COMUNHÃO**

**Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado ao Departamento
de Ciências Administrativas da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a obtenção
de Bacharel em Administração.**

Conceito final:

Aprovado em.....de.....de.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador – Professor Dr. André Luís Martinewski

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares, em especial aos meus pais, Diorney e Jennifer, por todo amor, dedicação, carinho e incentivo para que eu chegasse até aqui.

Ao orientador André Luís Martinewski, pela atenção dada ao trabalho, pela disponibilidade e pela compreensão.

Aos empresários de EdC, pela disponibilidade e pelas valiosas experiências compartilhadas.

Aos amigos que sempre estiveram presentes e apoiaram para a conclusão deste trabalho.

À Isabel, pelas críticas e observações, e pelo grande apoio.

Aos professores e funcionários da UFRGS que acolheram e transmitiram seus conhecimentos.

RESUMO

Em 1991, foi fundado o projeto Economia de Comunhão com o objetivo de erradicar a pobreza e as injustiças sociais através de uma nova forma econômico-social que liga a empresa (o motor do desenvolvimento econômico) e a miséria (aqueles excluídos do desenvolvimento). Para isto foi criada uma rede de empresas que entre outros aspectos são convidadas a partilhar livremente seu lucro em três partes: uma parte para os mais pobres, outra para a promoção de “homens novos” e uma terceira parte a ser reinvestida na própria empresa. Este trabalho teve o objetivo de examinar a prática da partilha dos lucros como fundamento de empresas de Economia de Comunhão. Para isso foram analisados relatórios da Economia de Comunhão (EdC) e elaborado um questionário base que foi enviado para alguns empresários de EdC. Cinco deles aceitaram participar do estudo respondendo o questionário e eventuais dúvidas que surgiram ao longo do contato. Através da análise da partilha dos lucros nas empresas de EdC e de uma análise mais aprofundada nas empresas estudadas foi identificado que é necessário rever a partilha dos lucros como distintivo destas empresas ou se outras características destas empresas possuem um maior relevo.

Palavras-chave: Economia de Comunhão, Lucro, Partilha.

ABSTRACT

The *Economy of Communion* project first began in 1991, aiming to alleviate poverty and social injustices worldwide through a new socio-economic order that focuses on connecting business enterprise (which drives economic development) and poverty (those excluded from that development). In order to achieve this new experience of social economy, a new system of companies was created, all of which freely commit themselves to share out their profits for three important purposes: the first part to help those in need; the second one is given to educational projects to help foster a culture of giving; and the final part is reinvested in their own company. The aim of this dissertation was to analyse the practise of profit division as the foundation of the Economy of Communion companies. Thus official reports from the Economy of Communion office were analysed and a questionnaire was formulated and sent to business owners of some of the companies that belong to project. Five companies gave their consent to participate in the study, providing answers to the questionnaire and other queries that arose during the study. After closely analysing the process of profit sharing and further evaluating the investigated companies, it was concluded that it is necessary to reassess the extent to which the profit sharing of these Economy of Communion businesses distinguishes them from other companies.

Keywords: Economy of Communion, Profit, Distribution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Evolução do número das empresas de EdC.....	21
Quadro 2 – Número de empresas de EdC por país.....	21
Quadro 3 – Projetos de desenvolvimento e assistência por setor.....	22
Quadro 4 – Beneficiários diretos por setor.....	22
Quadro 5 - Lucros distribuídos pelas empresas.....	35
Quadro 6 - Número de empresas coligadas por região do Brasil.....	37
Quadro 7 - Número de empresas coligadas por região do Brasil que enviam parte do lucro para EdC.....	37
Quadro 8 - Porcentagem de empresas que doaram em relação ao total.....	37
Quadro 9 - Lucro depositados pelas empresas de EdC.....	38
Quadro 10 - Média do lucro distribuído por empresas por região.....	38
Quadro 11 – Número das empresas coligadas à EdC na região Mariópolis Ginetta.....	39
Quadro 12 – Faturamento das empresas EdC da região Sudeste em 2006.....	41
Quadro 13 – Empresas região Sudeste que enviaram parte dos lucros à EdC em 2006.....	41
Quadro 14 – Lucro das empresas de EdC utilizados por tipologia (em euros)..	41
Quadro 15 – Caracterização das empresas	43
Quadro 16 – Porte de Empresa	43
Quadro 17 – Caracterização da partilha dos lucros nas empresas estudadas..	45
Quadro 18 – Média de resultados financeiros e lucros das empresas (em milhares de reais	46
Quadro 19 - Pergunta 8.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	DEFINIÇÃO PROBLEMA	10
1.2	JUSTIFICATIVA	13
1.3	OBJETIVOS	14
1.3.1	Objetivo Geral	14
1.3.2	Objetivos Específicos	14
2	REVISÃO TEÓRICA	15
2.1	O PROJETO DE ECONOMIA DE COMUNHÃO	15
2.1.1	Origem	15
2.1.2	Princípios e objetivos da Economia de Comunhão	17
2.1.3	Números EdC	21
2.2	O LUCRO	23
2.2.1	Conceitos	24
2.2.2	Lucro e a Empresa	24
2.2.3	Lucro Contábil	25
2.2.4	Política de Dividendos	26
2.2.5	Estrutura do Capital	28
2.2.6	Capital de Giro e Necessidade de Capital de Giro	29
2.2.7	Fluxo de Caixa	30
2.2.8	Escrituração Contábil na EdC	30
3	METODOLOGIA	32
4	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	35
4.1	ANÁLISE DOS LUCROS NA ECONOMIA DE COMUNHÃO	35

4.2	ANÁLISE DAS EMPRESAS ENTREVISTADAS	44
4.2.1	Caracterização das Empresas	44
4.2.2	Doações do Lucro das empresas estudadas para EdC.....	45
4.2.3	Descrição de outros aspectos abordados nas entrevistas	45
5	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS.....	55
	ANEXO A - QUESTIONÁRIO	
	ANEXO B – RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS	
	ANEXO C – RELATÓRIO EDC 2009-2010	

1 INTRODUÇÃO

A Economia de Comunhão ainda não é um nome conhecido por todos, mas desde sua nascença há 20 anos, está aumentando o número de adeptos (empresários, empresas, associações, instituições econômicas, intelectuais, estudantes, trabalhadores, consumidores, pobres, aderentes entre muitos outros) que contribuem para mudar este fato.

O objetivo principal da Economia de Comunhão (EdC) é:

Colaborar na erradicação da miséria e da injustiça social, a fim de contribuir na edificação de um sistema econômico e de uma sociedade de comunhão, sob inspiração da primeira comunidade cristã, na qual não havia nenhum necessitado. (FOLDER ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2011).

Esta nova cultura mercadológica é para ser uma nova ordem econômico-social e que repensa e liga duas realidades hoje opostas no capitalismo: a empresa e a miséria. De forma que mostre uma economia com o perfil da comunhão e, portanto, com um perfil realmente humano. (BRUNI, 2011).

Para alcançar este objetivo foi criado um movimento internacional, em formato de rede social envolvendo empresas que se comprometem a gerar nova riqueza, criar postos de trabalho, com criatividade e inovação, e partilhar seu lucro: uma parte para os mais pobres, outra para a promoção de “homens novos¹” e uma terceira parte a ser reinvestida na própria empresa. (FOLDER ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2011).

Essa nova forma de partilhar o lucro, uma das principais características da EdC, vai de encontro com a principal finalidade do lucro em uma empresa capitalista, maximizar a riqueza dos acionistas e com as duas tradicionais

¹ Para Chiara (LUBICH, 2002) esta expressão significa pessoas que, animadas pelo amor cristão e pela solidariedade ao próximo, procuram viver a cultura do dar. Homens e mulheres que, formados numa nova cultura, poderão contribuir para a realização de uma sociedade nova, renovada, mais justa e mais fraterna, onde a pessoa humana seja o centro da vida e para qual tudo concorre.

destinações dadas a ele. São elas: distribuir para os acionistas e reinvestir na empresa.

Sendo uma novidade no mundo dos negócios, se torna interessante a possibilidade de analisar os principais aspectos dessa partilha na EdC e nas empresas de EdC.

1.1 DEFINIÇÃO PROBLEMA

Em 1991, Chiara Lubich, uma italiana, numa visita a cidade de São Paulo, ficou chocada com a enorme diferença social. De um lado observava os enormes e luxuosos prédios, frequentados por milionários exibindo seus carrões e caros ternos e do outro lado a favela, casebres sem muitas condições básicas, frequentados por pessoas de baixíssima renda e escolaridade. (FERRUCCI, 2002).

Infelizmente não é só em São Paulo que situações como essa podem ser encontradas, existem também em muitas outras cidades brasileiras e no mundo todo. Analisando algumas estatísticas podem-se perceber essas situações em números. De acordo com um relatório elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o Brasil é o terceiro país com a pior desigualdade na distribuição de renda no mundo. Segundo o critério P90/P10 elaborado pela ONU, no Brasil, para cada dólar que os 10% mais pobres recebem, os 10% mais ricos recebem 68. Em outro relatório divulgado pelo PNUD, também é mostrada a desigualdade entre os países. Ele mostra que os 10% da população de renda mais baixa da Noruega ganham mais do que os 10% mais ricos de 57 países. E finalmente para se ter uma idéia da pobreza no mundo, segundo o Índice Mundial da Fome (GHI), em 2009 mais de um bilhão de pessoas não tinham o que comer.

Ciente dessa conjuntura mundial e motivada pela cena de enorme concentração de renda presenciada pessoalmente em São Paulo, a italiana Lubich, inconformada, decidiu lançar um projeto com o objetivo de colaborar para a diminuição das desigualdades sociais e a erradicação da miséria. Esse projeto

denominado Economia de Comunhão (EdC) consistiu em criar uma rede social que envolve empresas que destinassem parte de seus lucros aos pobres, relacionando a atividade econômica à promoção da fraternidade entre os homens. O lucro das empresas de EdC é partilhado em três partes: uma para atender as necessidades básicas dos pobres, mas, de forma não assistencialista, outra para ajudar na formação de pessoas abertas à solidariedade que contribuem com o projeto e uma parte permanece na empresa para garantir seu desenvolvimento.

Esta destinação de uma parte para a própria empresa, de acordo com (BRUNI, 2005, p. 28) “[...] mostra que o projeto não é uma intervenção de emergência; é muito mais uma proposta para o funcionamento normal da vida econômica e empresarial.”

Também é possível encontrar essa preocupação no que diz respeito à perenidade das empresas de EdC em um dos primeiros discursos de Chiara Lubich expondo a idéia:

Embora eu não seja especialista em problemas econômicos, pensei que poderiam ser criadas, por pessoas do Movimento, empresas que canalizassem capacidades e recursos de todos para juntos produzirem riqueza em prol dos que se encontravam em dificuldade. Sua gestão deveria ser confiada a pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com eficácia e obter lucros (LUBICH, 2002, p. 15).

Hoje, segundo Relatório de EdC² já existem no mundo 797 empresas que aderiram a esse projeto, sendo que 145 se encontram no Brasil. Em 2009 as empresas de EdC destinaram 796 mil euros do seu lucro para o projeto. Números pequenos comparados com toda a economia, mas que já mostram alguma consistência do projeto.

Também já foram realizadas diversas teses e artigos que contribuem para a formação teórica de um projeto que nasceu na prática.

² Para acessar informações mais detalhadas sobre o recenseamento das empresas de EdC no mundo, dados sobre o destino das ajudas e demais informações relacionadas, ver o Relatório da Economia de Comunhão 2009/2010 que está parcialmente anexado no final deste trabalho e disponível na íntegra no *site* <http://www.edc-online.org/br/component/content/article/1312-rapporto-edc-2009-2010.html>

Mas diante desta realidade da partilha dos lucros surge a dúvida de qual a porcentagem de cada uma dessas partes. Ou seja, quanto do lucro deve ser destinado às doações e quanto deve permanecer na empresa. Essa decisão a ser tomada pelos gestores das empresas de EdC é de fundamental importância para o perpetuamento do projeto, pois se a empresa doar mais do que poderia, corre o risco de não ter caixa para o seu correto desenvolvimento, o que pode levá-la a falência.

A correta reaplicação do lucro nas empresas é uma incerteza não só para os gestores de EdC, mas sim para todos os administradores de alguma companhia. A única diferença é que nas outras organizações o lucro que não permanece nela é distribuído para os acionistas destas na forma de dividendos. “A política de dividendos destas empresas que determinarão se o lucro todo será distribuído hoje ou se será investido na empresa para distribuí-lo mais tarde” (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p. 369). Dentro desse âmbito há algumas formas para apurar o montante ideal necessário permanecer na empresa para financiar suas atividades.

Outros fatores como os estágios em que as empresas se encontram também podem afetar essa decisão. Por exemplo, se a empresa está em um estágio de crescimento, ela pode precisar de todos os seus fundos para financiar despesas de capital. Já uma empresa mais estável, que precisa de recursos a longo prazo apenas para desembolsos planejados, está em uma posição melhor para pagar uma grande proporção dos lucros, particularmente se tiver uma fonte pronta de financiamento. (GITMAN, 2001) Isso mostra como pode ser complicada essa mensuração.

Sendo a comunhão dos lucros um fundamento da EdC, é importante verificar se, na prática, as empresas envolvidas no projeto conseguem com regularidade realizar a partilha dos lucros, afim de garantir a continuidade da proposta. A partir disto surgem alguns questionamentos. Como vem acontecendo a distribuição de parte dos lucros das empresas no Brasil e no mundo para o projeto EdC? É a partilha dos lucros o fundamento da EdC?

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo pretende examinar a práxis da partilha dos lucros como fundamento de empresas de Economia de Comunhão. A partir dos dados disponíveis da partilha dos lucros das empresas de EdC no mundo e na amostra do trabalho inferir a significância desta prática na proposta desta nova cultura mercadológica. Para que assim seja possível examinar o assunto, para além de congressos e encontros de Economia de Comunhão.

A EdC completa neste ano 20 anos de existência. Constatam-se cadastrados no site oficial (EDCONLINE), 315 monografias advindas de 33 países e existem hoje mais de 50 livros que tratam da EdC³.

Apesar deste número de publicações atualmente não existem muitos textos ou trabalhos focados em como essa partilha acontece. E mesmo assim os empresários seguem administrando suas empresas de EdC. Descobrir se na prática esta partilha está ocorrendo pode contribuir para a formulação de um maior conhecimento sobre a EdC.

O trabalho também pode ser útil para os participantes da EdC, empresários que aspiram aderir a EdC, estudantes e para os demais interessados no tema.

³ Folder Economia de Comunhão

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Examinar a práxis da partilha dos lucros como fundamento de empresas de Economia de Comunhão.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral deste trabalho, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever a proposta da Economia de Comunhão;
- b) analisar a distribuição do lucro das empresas participantes do projeto;
- c) descrever o processo da distribuição de parte dos lucros nas empresas de EdC estudadas;
- d) descrever processos formais como forma de adesão e contabilização da partilha nas empresas de EdC.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 O PROJETO DE ECONOMIA DE COMUNHÃO

Neste capítulo serão tratados alguns dos principais aspectos, a começar pela sua origem.

2.1.1 Origem

Para compreender a essência da proposta da EdC como uma nova cultura mercadológica, faz-se necessário relatar sua origem.

Ele é fruto da inspiração da sua fundadora, Chiara Lubich (1920-2008) uma italiana idealizadora de um carisma, o Movimento dos Focolares. Movimento este nascido em meio da II Guerra Mundial, na cidade de Trento, na Itália. Em reuniões à beira de fogueiras com suas amigas adolescentes, em um cenário de destruição provocado por bombardeios, Chiara teve uma intuição “sobre quem é verdadeiramente Deus: é Amor” (LUBICH, 2000, p. 37). Diante desta intuição, ela assumiu que postas em prática as palavras do Evangelho provocariam uma revolução.

Ali mesmo começaram a fazer o que podiam. Preocupavam-se em ajudar o próximo, encontrando refúgio para quem não encontrava alimentos para quem tinha fome, se focando sempre nos mais necessitados. “Tínhamos o objetivo de por em prática uma certa comunhão de bens”, diz Chiara, “com o máximo alcance que se pudesse pensar, não se tratava, porém, de amar os pobres pelos pobres, ou amar

Jesus somente nos pobres, queríamos resolver o problema social” (ARAÚJO, 1998 *apud* PINTO; LEITÃO, 2006, p. 15).

É possível perceber na origem do Movimento dos Focolares seu cunho religioso e social. Em 1962 o Movimento foi aprovado pela Igreja Católica, com o nome oficial de Obra de Maria, e em 1967, já era responsável por mil obras sociais no mundo. Apesar de ser um movimento católico, participam dele pessoas de diversas religiões e inclusive pessoas sem vínculos religiosos, mas todas ligadas ao propósito de construir um mundo unido e fraternal.

O Movimento espalhou-se pelo mundo inteiro, e chegou ao Brasil em 1958. Hoje, no mundo, de acordo com o site oficial do movimento⁴, o Movimento conta com mais de 2,2 milhões de adeptos entre membros e simpatizantes espalhados por 182 países.

A origem da EdC está ligada àquela comunhão dos bens que elas faziam durante a guerra. Em seu pequeno apartamento na cidade de Trento, junto com suas companheiras acumulavam medicamentos, alimentos e roupas para distribuir aos que tinham perdido tudo na guerra. iam atrás dos mais pobres abandonados, e colocavam tudo em comunhão. Juntamente com esta característica do Movimento encontra-se a “a cultura do dar”. A socióloga Vera Araújo que acompanhou o desenvolvimento da EdC afirma:

Não se trata de ser generoso, de fazer beneficência nem de prática filantrópica, nem de abraçar a causa do assistencialismo. Trata-se, antes, de conhecer e viver a dimensão do doar-se e do dom aos outros como essenciais à substância e a existência da pessoa. A cultura do dar engloba uma visão de conjunto – o homem em seu relacionar-se – e toda uma série de atitudes e comportamentos que qualificam as relações humanas e as orientam para a comunhão, nesse caso, sinônimo de unidade. De modo que tudo seja dom e doar-se contínuos. A verdadeira identidade da criatura exprime-se em ser dom em todas as expressões de seu viver, em estar sempre na posição de doar, de dar. Essa autêntica arte de dar: gratuidade, alegria, generosidade, desprendimento; e isenta-o de riscos e perigos de ser mal entendido ou manipulado. Da reciprocidade dessas relações nasce a comunhão, a unidade (ARAÚJO, 2000 *apud* BRUNI, 2005, p. 25).

⁴ <http://www.focolare.org/pt/>

Então Chiara Lubich habituada com a comunhão dos bens e com o combate aos problemas sociais teve uma intuição durante uma visita a São Paulo, em 1991. Impressionada com a miséria das favelas contrastando com arranha-céus luxuosos, e com o fato de a maior parte do capital estar concentrada nas mãos de poucas pessoas, comparou aquela realidade a uma “coroa de espinhos”, expressão usada por dom Paulo Evaristo Arns sobre esta cidade.

Diante deste dramático quadro social Lubich diz “pode-se ver do que é capaz de fazer o capital nas mãos de alguns causando a exploração de muitos outros”; e se pergunta: “Por que toda essa potência não é orientada para resolver os problemas do Brasil?” E ela, mesmo, responde: “porque falta o amor ao irmão, porque domina o egoísmo”. (LUBICH, 1991 *apud* BRANDALISE, 2003, p. 83)

Inspirada com a busca de uma solução para tentar diminuir tamanha desigualdade social, ela propôs a empresários e acionistas que colocassem os lucros das empresas em comum.

2.1.2 Princípios e objetivos da Economia de Comunhão

O principal objetivo da Economia de Comunhão é:

Colaborar na erradicação da miséria e da injustiça social, a fim de contribuir na edificação de um sistema econômico e de uma sociedade de comunhão, sob inspiração da primeira comunidade cristã, na qual não havia nenhum necessitado. (FOLDER ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2011).

É um objetivo ambicioso, mudar o comportamento empresarial para mudar a economia mundial e extinguir a indigência, e que muitas vezes é considerado utópico. (PINTO; LEITÃO, 2006). Práticas como “cultura do dar”, preocupações com ética em aspectos como o fiscal e administrativo e ênfase no amor (COSTA *apud* PINTO; LEITÃO, 2006, p. 18) não são comuns às encontradas no meio empresarial costumeiramente agressivo. Ainda é incerto se o objetivo será alcançado, mas após 20 anos é possível acreditar em seu potencial (PINTO; LEITÃO, 2006).

A comunhão do lucro é a expressão final de uma vida de comunhão. Outros âmbitos de uma vida de comunhão no meio empresarial são: relação com o fisco (voltada à plena legalidade), com os fornecedores, clientes, concorrentes, à atenção com o meio ambiente e a harmonia da sede e dos espaços da empresa. (BRUNI, 2005).

Mesmo fazendo parte do conjunto de outros aspectos, a comunhão do lucro é extremamente importante. Foi o primeiro elemento da identidade EdC e hoje é um importante indicador da qualidade e seriedade da comunhão. Sendo a empresa um corpo vivo, é possível que alguns anos em consequência de prejuízos a empresa não consiga realizar a partilha, mas a não comunhão por muitos anos poderia ser um sinal preocupante de que tenha desaparecido a “cultura da comunhão” ou que falte organização empresarial para gerar valor agregado. (BRUNI, 2005).

Esta comunhão do lucro, segundo Lubich (2002, p.15) deve ser destinada a três fins:

- a) uma parte seria naturalmente para incrementar a empresa;
- b) uma parte para ajudar as pessoas necessitadas, dando-lhes a possibilidade de viver de modo mais digno, à espera de um trabalho;
- c) e outra parte seria destinada ao desenvolvimento de estruturas visando à formação de “homens novos”.

A parte destinada às pessoas mais necessitadas segundo Bruni (2005) não é uma simples assistência financeira (embora isso ocorra como medida de emergência provisória), mas sim criar projetos para o desenvolvimento destes, financiando estudos e auxiliando na busca de empregos.

A parte destinada aos “homens novos” é para a formação cultural do projeto. Para Chiara esta expressão significa pessoas que, animadas pelo amor cristão e pela solidariedade ao próximo, procuram viver a cultura do dar. Homens e mulheres que, formados numa nova cultura, poderão contribuir para a realização de uma sociedade nova, renovada, mais justa e mais fraterna, onde a pessoa humana seja o centro da vida e para qual tudo concorre.

Essa parte destina-se à formação cultural das pessoas, nas formas de congressos, estruturas, bolsas de estudo, publicações, entre outras e visa o

desenvolvimento integral das pessoas (BRUNI, 2005). Um exemplo é a destinação para o Instituto Universitário Sophia na Itália, instituição que abriga cursos de EdC entre outros.

Segundo Carvalho & Guareschi (2009) atualmente, a sociedade é representada pelo Movimento dos Focolares, uma vez que parte dos lucros é destinada para sua manutenção (parte destinada à difusão da cultura da partilha) bem como para auxiliar seus membros carentes (doação aos pobres).

Em relação a parte para a empresa é destinada à ela desenvolver-se e crescer. “Isso também mostra que o projeto não é uma intervenção de emergência; é muito mais uma proposta para o funcionamento normal da vida econômica e empresarial” (BRUNI, 2005, p.28)

Outra palavra bastante usada e posta em prática na Edc é “gratuidade”. Zamagni (*apud* PINTO; LEITÃO, 2002b, p. 18) cita que a gratuidade encontrada na EdC se difere da forma distinta do altruísmo e da filantropia. O ato de dar nestes dois não está ligado a significados e relacionamentos, é mais individual, não existe o relacionamento entre quem deu e quem recebeu. Na EdC a presença do outro é importante, pois não pode ser humilhado pelo recebimento caridoso de alguém superior. É um outro igual, interdependente e digno.

Na EdC a máxima de ao invés de dar o peixe e sim ensinar a pescar sofre uma modificação. Na EdC pesca-se junto com quem tem fome. O processo não é anônimo e impessoal (PINTO; LEITÃO, 2006). Por isso é dito que a EdC é inclusiva, almeja incluir os necessitados nos meios de trabalho dando-lhes dignidade.

Molteni (2002) cita que o projeto EdC pretende influir tanto no momento da distribuição da riqueza quanto no momento da sua produção. A ênfase na distribuição é típica daqueles agentes sociais que negam-se a atuar diretamente na economia de mercado e preferem intervir na base, em nível de distribuição, a fim de sanar as injustiças. A EdC tem a intenção de introduzir uma novidade no próprio cerne da vida econômica ao englobar plenamente inclusive a esfera da produção.

Outro aspecto relevante é que os empresários devem agir com liberdade. Na prática, as três partes não precisam ser necessariamente iguais e cada empresa entende, em seu dia a dia, como fazer para que a divisão dos lucros não comprometa o seu bom andamento, pois o objetivo é justamente que as empresas

prosperem, para que essa nova cultura se difunda. Evidentemente, para os sócios que não aderem à EdC, seus dividendos lhes são conferidos normalmente. (MOLTENI, 2002).

Ressalta-se que no início do projeto a divisão dos lucros seria em três partes iguais, porém a partir de 1998, consta no documento oficial da EdC que este seria apenas o critério referência. (MOLTENI, 2002).

Assim, a distribuição de lucro é consequência de uma opção de vida, de uma mudança de postura e de comportamento que leva a fazer o sujeito protagonista dessa experiência. (BRANDALISE, 2003).

Para a idealizadora da EdC, Chiara Lubich, algumas condições são requisitos para participar do projeto de EdC, pensando que aqueles que aderem ao projeto – empresários, dirigentes, trabalhadores ou outras figuras empresariais – se comprometem, em primeiro lugar, em pôr no centro das atenções, em todos os aspectos de sua atividade, as exigências e as aspirações da pessoa humana e os requisitos do bem comum. Em especial, buscam:

- a) instaurar relacionamentos leais e respeitosos, animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração, com os clientes, os fornecedores, o poder público e até mesmo os concorrentes;
- b) valorizar os empregados, informando-os e envolvendo-os nas diversas atividades e na sua gestão;
- c) manter uma linha de conduta da empresa inspirada na “cultura da ética”;
- d) reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo;
- e) cooperar com outras realidades empresariais e sociais presentes no território, abertos, inclusive, à comunidade internacional, com quem se sente solidários. (BRANDALISE, 2003, p.89).

Ainda de acordo com a primeira intuição de Chiara estava o intento de criar polos de empresas de EdC nas imediações das cidades-testemunho do movimento (um centro de estudo e trabalho na “vida de unidade”) (PINTO; LEITÃO, 2006, p. 20). Esses polos servem como um ponto de referência para as outras empresas de EdC e conferem visibilidade para o projeto. Hoje existem sete polos constituídos no mundo e mais quatro em fase de instalação. No Brasil existem dois, um localizado

em Igarassu/PE e outro em Cotia/SP. O polo Spartaco localizado em São Paulo contém sete empresas num terreno de 5,1 hectares⁵.

As empresas de Economia de Comunhão legalmente não possuem uma identidade própria, sendo constituídas dentro das diversas possibilidades do Brasil (sociedade anônima, limitada, microempresa, cooperativa...).

No estudo de Marques, Melo e Nagano (2007) por meio de questionamento à coordenação da EdC, verificaram que, no Brasil, o processo de entrada da empresa na EdC não exige nenhum tipo de contrato ou termo de adesão, somente um formulário de cadastro. O compromisso é moral, e não contratual.

2.1.3 Números EdC

Nos quadros a seguir serão mostrados alguns números do projeto EdC.

Quadro 1

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DAS EMPRESAS DE EdC								
	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Empresas	551	752	735	754	754	754	765	797

Fonte: Relatório EdC 2009/2010

Quadro 2

⁵ Folder Economia de Comunhão.

NUMERO DE EMPRESAS DE EdC POR PAIS EM 2010	
País	Número
Itália	242
Brasil	145
Argentina	52
Sudeste Europeu	49
França	34
Suiça	34
Portugal	27
Espanha	26
Estados Unidos	25
Outros (31)	163
Total	797

Fonte: Relatório EdC 2009/2010

Quadro 3

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA POR SETOR (em 2010) (em euros)		
Setor	Valor	%
Escolarização	\$ 250.625,40	61,4%
Atividades produtivas	\$ 66.996,92	16,4%
Complementação de renda	\$ 40.394,57	9,9%
Moradia	\$ 32.837,74	8,0%
Tratamentos médicos	\$ 17.493,87	4,3%
Total	\$ 408.348,50	

Fonte: Relatório EdC 2009/2010

Quadro 4

BENEFICIARIOS DIRETOS POR SETOR (em 2010)		
Setor	Beneficiários	%
Escolarização	1059	76%
Atividades produtivas	173	12%
Complementação de renda	77	6%
Moradia	45	3%
Tratamentos médicos	36	3%
Total	1390	

Fonte: Relatório EdC 2009/2010

Verifica-se que a EdC nos últimos cinco anos manteve o número de empresas que aderiram ao projeto. De 1995 até 2010 obteve um crescimento de 44% no número de empresas.

Quanto à divisão por países nota-se que a Itália possui 30% do total das empresas e o Brasil 18%. Este fato se deve por ser na Itália que o Movimento dos Focolares está mais presente e onde encontram-se as sedes mundiais. A posição do Brasil justifica-se pelo fato de EdC ter sido pensada e nascida no país, e teve adesão de muitos empresários logo no começo.

Os projetos de assistência são dos mais variados tipos. Verifica-se que a escolarização possui uma maior porcentagem são priorizados projetos que não se caracterizam como uma simples assistência. Mas há casos em que se faz necessária essa assistência por inúmeros motivos, como por exemplo, o ajudado não tem mais condições de se inserir no mercado de trabalho.

Para Marques, Melo e Nagano (2007), mesmo somado o pouco peso econômico destas iniciativas, o projeto de EdC adquire um caráter educativo e empresas aderentes ao projeto mostram que é possível conciliar crescimento econômico e empresarial com ética e solidariedade.

2.2 O LUCRO

O lucro nas empresas de Economia de Comunhão é peça fundamental para o projeto. E por conseguinte a correta manutenção deste. Sobre lucro em geral há diversas teorias e conceitos diferentes em diversas perspectivas, como lucro no capitalismo, lucro no socialismo e etc. Mas para efeitos de estudo serão abordados alguns conceitos gerais sobre o lucro e sua função na empresa como introdução deste assunto. E após será focado o lucro contábil, pois este é o disponível para a distribuição e doação.

Por fim será abordado o conceito de estrutura de capital e manutenção de capital dando base às técnicas de distribuição deste, levando em conta o propósito de manter a empresa saudável financeiramente.

2.2.1 Conceitos

Para muitos autores a melhor explicação geral sobre o lucro é aquela dada por Hicks (1946 *apud* GILBERTO, 1992, p. 1) segundo o qual, lucro é “o valor máximo que uma pessoa possa consumir durante uma semana esperando ainda estar tão bem (*as well off*) no término desta quanto o estava em seu início”.

Já para Gastaldi (1949 *apud* BRANDALISE, 2003, p. 26), “o lucro, na verdadeira acepção do vocábulo, nada mais é que o excedente que fica ao empreendedor, após a venda do produto; deduzidas as despesas com o custo da produção”.

Catelli e Guerreiro aplicam a definição de Hicks nas empresas: “Em termos econômicos, lucro é visto como a quantia máxima que a empresa pode distribuir e ainda continuar tão bem ao final do período como estava no começo”. (FIPECAFI, 1999 *apud* BRANDALISE, 2003, p. 27).

2.2.2 Lucro e a Empresa

Sobre a função da empresa Schmidt discorre:

Toda empresa é constituída com um objetivo predeterminado. Este objetivo ou meta pode variar de acordo com o tipo de empresa. Em geral, dentro de uma visão estritamente financeira, o principal objetivo de uma empresa é a maximização da riqueza de seu acionista. Esta maximização não isenta a empresa de suas responsabilidades sociais, já que ela tem um papel a cumprir na sociedade, seja com o fornecimento de bens e serviços, seja com o pagamento de salários a seus empregados, seja com a preservação da natureza, entre outros (SCHMIDT, 2001, p. 2).

À parte dos ganhos sociais gerados pelas empresas, como afirmado por Schmidt, um acionista investe para maximizar sua riqueza, e essa maximização se dá através da distribuição dos lucros auferidos. É possível reforçar esse objetivo da empresa através do Hoji (2007, p. 3) quando cita o objetivo econômico e financeiro da empresa é a maximização de seu valor de mercado com a geração contínua de

lucro e caixa, executando as atividades inerentes ao seu objetivo social e gerenciando (planejando e controlando) adequadamente os investimentos.

Maximizar o lucro de uma empresa talvez não é um objetivo muito preciso. Atitudes como postergar manutenção, a não reposição de estoques e outras medidas de corte de custos a curto prazo tenderão a aumentar o lucro agora, mas não são as atitudes mais desejáveis. (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p. 43) Percebe-se assim a importância do lucro para a empresa.

2.2.3 Lucro Contábil

Outra questão sobre o lucro é a correta mensuração deste. Na contabilidade, segundo Brandalise (2003, p. 76) “o lucro é mensurado subtraindo-se das receitas os custos e despesas incorridos para a realização dessa receita”.

De acordo com a Lei 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações (SAs), o lucro é conceituado como “O resultado líquido do ano como apurado na Demonstração do Resultado do Exercício”.

Segundo Ross, Westerfield e Jordan (2009, p. 59) lucro pode ser medido pela demonstração do resultado do exercício (DRE) e a equação é simples: Receitas – despesas = Lucro.

A demonstração do resultado é, pois, o resumo do movimento de certas entradas e saídas no balanço, entre duas datas. (MATARAZZO, 2008, p. 45). O objetivo do DRE é fornecer os dados básicos e essenciais da formação do resultado (lucro ou prejuízo) do exercício. (IUDICIBUS et al., 2010).

Após descontar todas as despesas chega-se ao lucro líquido que representa o final alcançado pela empresa após remunerar todos os fatores de produção, exceto o capital próprio, cuja remuneração é o próprio lucro líquido. (MATARAZZO, 2008, p. 73)

A interligação entre o Balanço Patrimonial e DRE é, na maioria dos casos, representada pela conta Lucros ou Prejuízos Acumulados (IUDICIBUS et al., 2010). Ela é utilizada para receber o resultado do período, se positivo, e destiná-lo de acordo com as políticas da empresa, servindo de contrapartida para as constituições e reversões de reservas de lucros, assim como para a distribuição de dividendos. (IUDICIBUS et al., 2010).

Mas no Balanço Patrimonial, para as sociedades por ações, só poderá aparecer quando tiver saldo negativo, e será chamada de Prejuízos Acumulados. Nas demais sociedades pode aparecer também com saldo positivos, sendo chamada pelo nome completo de Lucros ou Prejuízos Acumulados. (IUDICIBUS et al., 2010).

As companhias sempre devem dar destinação total para os lucros auferidos. Nas SAs, elas devem, em princípio, distribuir todos os lucros obtidos com exceção de: os determinados pela Lei (reserva legal), os autorizados pela lei (reserva de contingências e reserva de lucros a realizar), os determinados pelo estatuto oficial (reserva estatutária) e aqueles que a assembléia dos acionistas concordar em não distribuir após justificativa fundamentada pela administração (reserva de lucros para expansão – por novos investimentos, por exemplo). (IUDICIBUS et al., 2010).

Então o lucro líquido apurado no DRE retirada as obrigações legais é aquele disponível para ser distribuído. Para as empresas em geral distribuído para acionistas, e para as empresas de EdC, lucro que também pode ser doado.

2.2.4 Política de Dividendos

Parece óbvio que uma empresa deseja devolver o máximo possível para os acionistas pagando dividendos. Assim como pode parecer igualmente óbvio que existe a possibilidade de investir todo o dinheiro (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009). O ponto principal da política é este: a empresa deveria distribuir o dinheiro para os acionistas ou ficar com o dinheiro para investir (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009).

Allen e Michaely (*apud* DECOURT, 2009) definem política de dividendos como a definição de qual o valor em dinheiro do investimento realizado na empresa deve ser devolvido aos acionistas e qual a forma de devolução deve ser adotada, dividendo ou recompra de ações.

Atualmente as formas existentes para a empresa distribuir seus lucros ou gerar riqueza para os acionistas são: dividendos, juros sobre capital próprio, recompra de ações, split, bonificações e valorização das ações (DECOURT, 2009).

Quanto aos dividendos, para as SAs, existe um mínimo obrigatório a ser distribuído estabelecido pela art. 202 da Lei número 6.404/76.

Art. 202 - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I – metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva de contingências (art. 195) e reversão da mesma formada em exercícios anteriores.

Outra salvaguarda importante conferida por esta mesma Lei no parágrafo segundo do art. 202 é que as companhias já constituídas, cujos estatutos sociais sejam omissos quanto a matéria, e por alguma razão sofram alguma alteração ulterior para sua disciplina, não poderão prever um dividendo obrigatório inferior a 25% do lucro líquido ajustado. (IUDICIBUS et al., 2010).

Em uma pesquisa realizada por BOVESPA em empresas listadas na BOVESPA contatou-se quais os fatores que mais afetam a política de dividendos. São eles: geração de caixa, investimentos futuros e lucro líquido. Outros foram citados em menor proporção como, por exemplo: fluxo de caixa, endividamento, plano de investimentos e capital de giro. Fatores externos também podem afetar como: juros nacionais, expectativa dos investidores em relação ao crescimento da empresa e variação do câmbio.

Os dois fatores mais citados, geração de caixa e investimentos futuros, estão relacionados com o ciclo de vida da empresa. Dessa forma o ciclo de vida empresa aparenta também ser relevante na decisão sobre os dividendos (DECOURT, 2009)

2.2.5 Estrutura do Capital

Estrutura de capital indica a proporção de quanto de capital próprio e de quanto de capital de terceiros a empresa está se financiando. Empresas que têm risco maior de enfrentar dificuldades financeiras tomarão menos empréstimos (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p.355).

Custo de Capital de terceiros é o retorno exigido pelos financiadores das dívidas da empresa (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p.324). Corresponde a taxa de juros que a empresa deve pagar para obter novos empréstimos.

Alavancagem Financeira é a intensidade com a qual a empresa está endividada. Quanto mais financiamento por meio de capital de terceiros a empresa utilizar, maior será a alavancagem empregada. (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p. 341).

De acordo com Scherer e Martins (2003, p. 66) “a literatura contábil considera que somente é possível distribuir como dividendo a parcela do lucro que exceder aquilo que for necessário reter para garantir a manutenção do capital da empresa.”

Na contabilidade são conhecidos três enfoques de manutenção de capital (FISHER; HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999 *apud* SCHERER; MARTINS, 2003, p. 66): manutenção do capital financeiro, manutenção do capital monetário e manutenção do capital físico.

Os dois primeiros são assim diferenciados por Szuster (1985 *apud* SCHMIDT, 2001, p. 7) “[...] o conceito de capital financeiro, sem reconhecer a variação do poder aquisitivo da moeda, que é coerente com a contabilidade tradicional a custos históricos, e o conceito de capital monetário corrigido em termos do poder de compra geral [...]”.

Mas para efeito de cálculos de quanto lucro pode-se distribuir há um consenso de que a mais relevante é a manutenção do capital físico.

[...] conceito de capital físico admite que o patrimônio da empresa é quantificado em termos de uma capacidade de operação, medida através do conjunto de bens necessários a esta, mensurados à data da avaliação. Só haverá lucro quando o patrimônio for superior ao valor dos ativos necessários para assegurar um mesmo nível de atividade (SZUSTER, 1985 *apud* SCHMIDT, 2001, p. 8).

A manutenção de capital físico garante que a capacidade da empresa de produção e reposição no final do período é igual a inicial. Assim, segundo Fisher, Hendriksen e Breda (1999 *apud* SCHERER; MARTINS, 2003, p. 67) “[...] supõe-se que o capital é preservado quando a empresa é capaz de repor seus ativos com ativos do mesmo tipo”.

(SZUSTER, 1985 *apud* SCHERER; MARTINS, 2003, p. 67) “[...] haverá lucro quando o patrimônio for superior ao valor dos ativos necessários para assegurar um mesmo nível de atividade”.

2.2.6 Capital de Giro e Necessidade de Capital de Giro

Os conceitos de Capital de giro e Necessidade de capital de giro são importantes para auxiliar na projeção de quanto dinheiro deve permanecer na empresa.

Capital de giro líquido é dado por caixa mais outros ativos circulantes, menos passivos circulantes (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p. 412).

Necessidade de capital de giro (NCG) é não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade. (MATARAZZO, 2008, p. 337)

Para calcular a NCG é necessário conhecer o Ativo circulante operacional (ACO) que é o investimento que decorre automaticamente das atividades de compra/produção, estocagem/venda, e o Passivo circulante operacional (PCO) que é o financiamento, também automático, que decorre dessas atividades.

A diferença entre esses dois, ACO menos PCO, resultará em quanto a empresa necessita de capital de giro.

2.2.7 Fluxo de Caixa

O DRE retrata o fluxo contábil e não o monetário, ou seja, não importa se têm reflexos em dinheiro. Por exemplo, a depreciação é uma despesa que não representa saída de dinheiro. Também indica quando são obtidas as receitas, mas pode não coincidir necessariamente com o momento da entrada de caixa. (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p. 60).

Como o lucro obtido no DRE não demonstra exatamente quanto de dinheiro está disponível, fica evidente a importância da análise do Fluxo de Caixa. Que simplesmente é quanto de dinheiro entrou no caixa e quanto saiu (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2009, p. 63). É essencial que uma empresa preste atenção ao seu fluxo de caixa.

O fluxo de caixa dos ativos da empresa precisa ser igual à soma do fluxo de caixa para os credores com o fluxo de caixa para os acionistas. Isto reflete o fato de que a empresa gera caixa por meio de suas atividades, e o caixa é usado tanto para pagar credores como para remunerar os proprietários da mesma.

Esta relação destaca uma questão importante. Toda vez que uma empresa decide reforçar suas reservas de caixa, ela decide, na verdade, não aumentar seu fluxo de caixa aos acionistas.

2.2.8 Escrituração Contábil na EdC

De acordo com Brandalise (2003)⁶ a forma adequada de escriturar ou registrar os lucros doados pelas empresas para a EdC deve ser feita através do

⁶ Para a estruturação deste capítulo não foi possível encontrar referencial nas bases de dados comumente utilizadas em trabalhos científicos. Sendo assim utilizou-se a tese de Luiz Antonio Brandalise, orientado por Sérgio de Iudicibus.

seguinte lançamento contábil: debitar da conta de lucros do exercício e creditar para contribuições ou doações a pagar no passivo

Para dar transparência a esta doação, a empresa pode mencionar nas notas explicativas tal acontecimento.

Por não haver uma orientação formal para as empresas de EdC de como tratar esta doação ou contribuição contabilmente e nem legislação de como tratar contabilmente doações a terceiros algumas empresas acabam adotando o seguinte lançamento: creditam caixa ou banco e debitam em doações nas contas de resultados.

Este lançamento fere o regime de competência, pois a parcela a ser destinada à EdC é referente ao lucro apurado no exercício anterior. E também dessa forma, se a empresa considera a doação como uma despesa do exercício corrente, fará com que o resultado neste exercício seja menor do que deveria ocorrer.

Para determinar a base de cálculo para a provisão da Contribuição Social sobre o Lucro e a provisão do Imposto de Renda esta doação ou contribuição se configura como uma despesa não dedutível. Para a empresa de EdC tributada conforme o Lucro Real, esta doação será adicionada no LALUR⁷ para efeitos de determinação de base de cálculo. É tratada desta forma porque não é considerada necessária à atividade da empresa.

Os pagamentos por mera liberalidade que não entram no conceito de despesas necessárias à atividade da empresa como definido no art. 299 do RIR54/99⁸ não são dedutíveis na apuração do lucro real, salvo as expressamente admitidas pela legislação fiscal, como é o caso das doações e contribuições do art. 365. (HIGUCHI *apud* BRANDALISE, 2003, p. 123)

Outra distorção que pode ocorrer por parte das empresas quanto ao lançamento contábil é transferência de parte do lucro para a EdC acontecer através da distribuição de lucros para os sócios. Desta forma não fica registrado

⁷ LALUR - Livro de apuração do Lucro Real

⁸ RIR – Regulamento do Imposto de Renda

contabilmente como uma doação da empresa, e portando caracteriza-se como doação pessoal do sócio.

Ressalta-se que realizando o registro contábil do repasse dos lucros da empresa para a EdC divulga-se que a empresa está engajada em um projeto social, dessa forma outras empresas poderiam se interessar também pela proposta.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho e para atingir os objetivos propostos foi utilizada a pesquisa exploratória, na qual segundo Gil (1991), envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou têm) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

No que se refere aos procedimentos técnicos da pesquisa, conforme classificação proposta por Gil (1991), alguns objetivos diferem-se entre si.

Para atender parte do objetivo principal de examinar a práxis da partilha dos lucros como fundamento de empresas de Economia de Comunhão foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de vasculhar em materiais já publicados, principalmente em livros e relatórios para analisar com acontece hoje essa partilha nas empresas espalhadas pelo mundo.

Já para a outra parte do objetivo principal e para os objetivos específicos foram utilizadas a pesquisa documental e um levantamento. A captação de dados financeiros e algumas demonstrações financeiras das empresas de EdC foram realizadas através de correio eletrônico enviado aos empresários de EdC. Foi feito um contato com um representante da EdC no Brasil para requisitar os endereços eletrônicos de empresas que pudessem disponibilizar tais informações. Foram repassados sete endereços eletrônicos das quais duas responderam. Outras mais

duas empresas foram convidadas e aceitaram o convite de participar do estudo na assembléia de EdC realizada em São Paulo para comemorar os 20 anos de EdC na qual o autor esteve presente. E através da pesquisa documental as demonstrações foram analisadas.

Em conjunto com o pedido das demonstrações financeiras foi enviado um questionário para exercer um levantamento do comportamento a ser conhecido. Foi um questionário na forma de uma entrevista semi-estruturada. Conforme Selltiz et al (1987), na entrevista semi-estruturada segue-se um conjunto de perguntas previamente definidas, mas em um contexto similar a uma conversa informal. Deixando assim espaço para identificar a visão de mundo e opiniões do entrevistado.

Uma das empresas que não havia respondido o *e-mail* entrou em contato convidando o autor para passar um dia na empresa no qual ele responderia o questionário. Dessa forma foi possível conhecer o dia-a-dia desta assim como coletar as respostas do questionário.

Após o envio dos questionários por *e-mail*, alguns outros dados foram solicitados para algumas empresas que prontamente atenderam.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 ANÁLISE DOS LUCROS NA ECONOMIA DE COMUNHÃO

Foram analisados relatórios de Economia de Comunhão publicados no site (EDCONLINE) com a síntese de alguns dados referentes a todas empresas coligadas à EdC, e também os valores que estas destinaram do seu lucro nos anos de 2008 e 2009, a fim de se obter um panorama geral de como ocorre a partilha dos lucros na EdC mundialmente.

Também foram analisados relatórios passados, referentes ao período entre 1992 a 2001, contendo dados mais específicos sobre a situação da empresas coligadas à EdC no Brasil. Conforme disponibilidade dos escritórios regionais de EdC, os dados de algumas regiões foram atualizados. Dessa forma foi possível acompanhar a evolução histórica e comparar com a atualidade, e posteriormente, com as empresas estudadas.

O quadro 5 mostra os lucros destinados pelas empresas agrupadas por países para a Economia de Comunhão.

Quadro 5

Lucros distribuído pelas empresas à EdC por países						
País	2008 ⁹			2009 ¹⁰		
	Euros	Reais ¹¹	%	Euros	Reais ¹¹	%
Itália	\$ 189.368,35	\$ 431.759,84	33,0%	\$ 201.980,00	\$ 460.514,40	25,4%
Bélgica	\$ 73.850,00	\$ 168.378,00	12,9%	\$ 128.000,00	\$ 291.840,00	16,1%
Brasil	\$ 71.095,00	\$ 162.096,60	12,4%	\$ 80.304,00	\$ 183.093,12	10,1%
Suiça	\$ 62.793,03	\$ 143.168,11	10,9%	\$ 76.084,99	\$ 173.473,78	9,6%
França	\$ 19.980,00	\$ 45.554,40	3,5%	\$ 55.040,00	\$ 125.491,20	6,9%
Estados Unidos	\$ 42.409,30	\$ 96.693,20	7,4%	\$ 41.794,12	\$ 95.290,59	5,3%
Alemanha	\$ 5.682,64	\$ 12.956,42	1,0%	\$ 38.025,00	\$ 86.697,00	4,8%
Filipinas	\$ 22.254,00	\$ 50.739,12	3,9%	\$ 35.739,34	\$ 81.485,70	4,5%
Outros (24)	\$ 86.210,01	\$ 196.558,82	15,0%	\$ 139.044,95	\$ 317.022,49	17,5%
Total	\$ 573.642,33	\$ 1.307.904,51	100,0%	\$ 796.012,40	\$ 1.814.908,27	100,0%

Fonte: Relatório EdC 2008/2009 e Rapporto sulla destinazione degli aiuti EdC 2009

Percebe-se que, comparando o total de lucros doados com os grandes números das filantropias e Organizações não Governamentais (ONGs) espalhadas pelo mundo, o total da EdC não expressa um valor significativo. Para efeito comparativo, nos Estados Unidos, o terceiro setor movimentou 1,76 trilhão de dólares em 2003 (INSTITUTO BRASIL VERDADE..., *online*, 2011). No Brasil, um estudo realizado pela Kanitz & Associados revela que no ano de 2000 as 400 maiores entidades assistências arrecadaram 1,2 bilhão de reais (PORTAL-RP..., *online*, 2011). Neste mesmo ano, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Grupo Institutos Fundações e Empresas (GIFE) somente com empresas tributadas pelo Lucro Real, 2.051 empresas destinaram R\$ 225 milhões para ONGs (OBSERVATÓRIO SOCIAL..., *online*, 2011). Em comparação com a Ashoka, uma organização mundial sem fins lucrativos de empreendedores sociais, os números da EdC também permanecem abaixo. Em 2009, ela contava com 320

⁹ Período compreendido entre outubro de 2007 e setembro de 2008.

¹⁰ Período compreendido entre outubro de 2008 e setembro de 2009.

¹¹ Convertido de Euros para Reais conforme cotação do dia 17/06/2011 do Banco Central.

empreendedores sociais no Brasil, e arrecadou 4,7 milhões de reais somente no Brasil. (ASHOKA BRASIL, RELATÓRIO DE PROJETOS 2009)¹²

Nos números da EdC, houve um crescimento de 38% do total de lucros de 2008 para 2009. Por outro lado o crescimento do número de empresas de 1,4%, passando das 754 de 2008 para 765 de 2009 de acordo com o último Relatório de EdC, mostra que ou mais empresas passaram a contribuir ou as empresas destinaram mais lucros.

Nos anos de 2008 e 2009, a Itália aparece em primeiro lugar, sendo responsável por 25% das doações totais em 2009. A possível explicação para tal seria a força e difusão do Movimento do Focolares nesse país, seu país de origem. E devido à proximidade, outros países europeus também são grandes contribuintes. A influência do Movimento nos países também explica os grandes números do Brasil (país de origem da EdC) e das Filipinas. Este último sede de uma importante empresa de EdC, o Bangko Kabayan, cujo principal serviço é o microcrédito.

Fazendo uma média sobre os números absolutos, em 2008 a média de distribuição por empresa é de 1.734 reais e em 2009 de 2.372 reais. Alguns fatores que podem contribuir para a baixa média:

- a) perto de 50% das empresas¹³ de EdC possuem faturamento anual menor que 100.000 euros, ou seja, podem distribuir baixíssimos valores mas percentualmente pode ser relevantes para elas;
- b) algumas empresas não distribuem.

Os próximos quadros 6, 7, 8, 9 e 10 dizem respeito aos números referentes somente às empresas do Brasil até a data de 2001.

¹² Disponível em <http://www.ashoka.org.br/sobre-a-ashoka/balanco/>

¹³ Fonte: Relatório EdC 2009/2010. Dados para esta estatística fornecidos por 50% do total das empresas.

Quadro 6

NÚMERO DE EMPRESAS COLIGADAS POR REGIÃO DO BRASIL										
REGIÕES	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Sudeste e Centro										
Oeste	35	48	55	58	54	54	54	54	45	57
Sul	7	9	11	10	13	12	12	12	12	14
Nordeste	11	13	12	7	8	8	9	12	11	9
Norte	6	11	8	13	13	13	13	9	9	8
TOTAL	59	81	86	88	88	87	88	87	77	88

Fonte: Brandalise (2003)

Quadro 7

NUMERO DE EMPRESAS COLIGADAS POR REGIAO DO BRASIL QUE ENVIARAM PARTE DO LUCRO PARA EdC										
REGIÕES	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Sudeste e Centro										
Oeste	15	22	31	29	22	25	17	20	19	24
Sul	3	4	4	6	5	5	5	7	5	5
Nordeste	3	8	5	4	2	4	-	1	1	4
Norte	4	5	7	6	9	5	4	2	5	3
TOTAL	25	39	47	45	38	39	26	30	30	36

Fonte: Brandalise (2003)

Quadro 8

PORCENTAGEM DE EMPRESAS QUE DOARAM EM RELAÇÃO AO TOTAL											
REGIÕES	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	MÉDIA REGIÃO
Sudeste e Centro											
Oeste	43%	46%	56%	50%	41%	46%	31%	37%	42%	42%	43%
Sul	43%	44%	36%	60%	38%	42%	42%	58%	42%	36%	44%
Nordeste	27%	62%	42%	57%	25%	50%	-	8%	9%	44%	36%
Norte	67%	45%	88%	46%	69%	38%	31%	22%	56%	38%	50%
Brasil	42%	48%	55%	51%	43%	45%	30%	34%	39%	41%	43%

Fonte: Brandalise (2003)

Quadro 9

LUCRO DEPOSITADOS PELAS EMPRESAS DE EdC POR REGIÃO - BRASIL (em Euros)										
REGIÕES	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Sudeste e Centro Oeste	9.520	10.098	9.731	31.756	53.099	30.609	19.452	23.397	22.065	30.891
Sul	820	1.918	3.507	6.771	9.864	11.555	10.368	9.087	6.885	10.044
Nordeste	635	2.927	977	2.251	144	4.690	-	318	291	612
Norte	991	869	4.761	9.230	6.703	3.523	5.619	1.052	1.855	1.380
TOTAL	11.966	15.811	18.976	50.007	69.809	50.377	35.439	33.854	31.095	42.927

Fonte: Brandalise (2003)

Quadro 10

MÉDIA DO LUCRO DISTRIBUÍDO POR EMPRESAS POR REGIÃO - BRASIL (em Euros)											
REGIÕES	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	MÉDIA REGIÃO
Sudeste e Centro Oeste	635	459	314	1.095	2.414	1.224	1.144	1.170	1.161	1.287	1.090
Sul	273	480	877	1.129	1.973	2.311	2.074	1.298	1.377	2.009	1.380
Nordeste	212	366	195	563	72	1.173	-	318	291	153	371
Norte	248	174	680	1.538	745	705	1.405	526	371	460	685
MÉDIA ANO	342	370	517	1.081	1.301	1.353	1.541	828	800	977	882

No quadro 11 são apresentados dados atualizados da Região Mariópolis Ginetta¹⁴ referentes ao período entre 2004 e 2010.

¹⁴ Compreendida por Vargem Grande Paulista (SP) e arredores.

Quadro 11

NÚMEROS DAS EMPRESAS COLIGADAS À EdC NA REGIÃO MARIÁPOLIS GINETTA						
NÚMERO DE EMPRESAS COLIGADAS NA REGIÃO						
2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
22	23	27	29	27	23	22
NÚMERO DE EMPRESAS COLIGADAS ENVIARAM PARTE DO LUCRO PARA EdC						
2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
10	10	10	9	7	8	7
PORCENTAGEM DE EMPRESAS QUE DOARAM EM RELAÇÃO AO TOTAL						
45%	43%	37%	31%	26%	35%	32%
LUCRO DEPOSITADOS PELAS EMPRESAS DE EdC NA REGIÃO (em Reais)						
\$ 47,696	\$ 47,652	\$ 66,908	\$ 47,440	\$ 89,206	\$ 63,980	\$ 72,860
MÉDIA DO LUCRO DISTRIBUÍDO POR EMPRESAS (em Reais)						
\$ 4,770	\$ 4,765	\$ 6,691	\$ 5,271	\$ 12,744	\$ 7,998	\$ 10,409

Fonte: Escritório região mariápolis Ginetta da EdC - Brasil

Inferre-se a partir destes quadros que um dos motivos para a baixa média dos valores enviados ao projeto é o fato de que nem todas empresas que aderiram ao projeto fazem a contribuição. Na média geral, menos da metade das empresas enviaram parte do lucro à EdC. Brandalise (2003) cita alguns motivos que podem explicar porque algumas empresas de EdC não contribuem para o projeto em algum período:

- a) não ter tido lucro;
- b) terem obtido lucro, mas, dentro da liberdade que é característica do projeto, não o enviaram;
- c) perceberam que tal capital poderia fazer falta e comprometer a continuidade do negócio;
- d) e outros.

Apesar dos motivos, a baixa média de empresas que destinam lucros à EdC pode ser um sinal de alerta:

O lucro dividido em três partes é, desde 1991, efetivamente, o primeiro elemento da identidade do projeto e até hoje uma medida, indicador concreto da qualidade e seriedade da comunhão que procede e sucede a repartição do lucro. (BRUNI, 2005, p. 32).

O autor ainda destaca:

[...] seria um sinal muito preocupante uma empresa, durante alguns (ou muitos) anos, não colocar em comunhão o lucro; ou desapareceu a “cultura da comunhão” ou faltou capacidade da organização empresarial de gerar valor agregado. (BRUNI, 2005, p. 32)

Visualiza-se no quadro 9 que a região Sudeste e Centro-Oeste foi a que mais contribuiu em valor absoluto, mas a média da região Sul permaneceu maior em vários anos. E ambas ficaram bem distantes das regiões Nordeste e Norte. Este fato pode ser explicado pela alta concentração em nosso país de empresas na região Sudeste.

Comparando o valor total dos lucros enviados pelas empresas brasileiras no ano de 2001 e 2009, em 2009 houve um crescimento de 87%, um por cento a mais que a inflação registrada no mesmo período¹⁵. Usando apenas os valores absolutos mostra um elevado crescimento, e levando em conta a inflação, manteve o ritmo durante esse período.

No quadro 11, no qual apresentam-se os dados da região Mariápolis Ginetta, depreende-se que esta região em 2010 possui 15% do total das empresas no Brasil e em 2009 foi responsável por 35% dos lucros enviados para o projeto frente ao total das regiões do Brasil. Tais números indicam que a média dos lucros enviados desta região é superior a média geral das outras regiões. Este fato pode indicar que as empresas que estão próximas ou inseridas no polo Spartaco, referência no Brasil para a EdC, costumam destinar maiores somas ao projeto.

Os quadros 12 e 13 apresentam algumas estatísticas referente à região sudeste¹⁶ no ano de 2006.

¹⁵ Fonte <http://www.portalbrasil.net/igp.htm>

¹⁶ Região Sudeste menos as empresas que fazem parte da região Mariápolis Ginetta.

Quadro 12

FATURAMENTO DAS EMPRESAS EdC DA REGIÃO SUDESTE EM 2006			
Faixa	Faturamento	Empresas	%
1	Até R\$ 250.000,00	18	51.4%
2	Entre R\$ 250.000,00 e R\$ 625.000,00	8	22.9%
3	Entre R\$ 625.000,00 e R\$ 1.250.000,00	6	17.1%
4	Entre R\$ 1.250.000,00 e R\$ 2.500.000,00	1	2.9%
5	Acima de R\$ 2.500.000,00	2	5.7%
	Total	35	100.0%

Fonte: Escritório região sudeste da EdC - Brasil

Quadro 13

EMPRESAS REGIÃO SUDESTE QUE ENVIARAM PARTE DOS LUCROS À EdC EM 2006			
Faturamento	Valor	Faturamento	Valor
5	R\$ 5,000.00	5	R\$ 19,000.00
1	R\$ 2,875.00	4	R\$ 750.00
2	R\$ 5,750.00	3	R\$ 7,500.00
3	R\$ 400.00	Total	R\$ 41,275.00

Fonte: Escritório região sudeste da EdC - Brasil

No ano de 2006 na região sudeste, haviam registradas 40 empresas de EdC. Dessas, 35 informaram seu faturamento. Percebe-se que pouco mais da metade delas possuem um faturamento abaixo de 250 mil reais. Estes dados confirmam a estatística mencionada anteriormente de que 50% das empresas de EdC possuem faturamento menor do que 100 mil euros.

Das 35 que informaram o faturamento, 7 empresas destinaram lucros para a EdC, ou seja, 20%. Porcentagem abaixo da média passada da região.

O quadro 14 a seguir mostra como foi destinado o lucro recebido das empresas.

Quadro 14

LUCRO DAS EMPRESAS DE EdC UTILIZADOS POR TIPOLOGIA (em Euros)				
TIPOLOGIA	2008		2009	
Projetos de desenvolvimento e assistência	\$ 309.670,89	45,5%	\$ 408.348,49	52,0%
Atividade de formação de "homens novos"	\$ 349.936,43	51,4%	\$ 349.415,68	44,5%
Custos Administrativos	\$ 18.803,00	2,8%	\$ 27.653,94	3,5%
TOTAL	\$ 680.418,32		\$ 785.418,11	

Fonte: Relatório EdC 2008/2009 e Rapporto sulla destinazione degli aiuti EdC 2009

Como foi anteriormente mencionado no trabalho, os lucros destinados para a EdC teriam essas duas destinações base. E percebe-se que a divisão entre elas segue quase uma igualdade em porcentagem. Os Países que recebem essas ajudas são vários, com destaque para o Brasil que recebeu 17% do total em 2009, para os países do sudeste europeu que receberam 15% e outros como Filipinas, Uruguai, México, Argentina, R. do Congo que juntos receberam 17%. O centro do movimento ficou com 33%, sendo 28% destinado para o Instituto Sophia para a formação de pessoas que visam difundir a EdC. Em 2008 o valor destinado para as ajudas foi maior que o valor recebido pelas empresas pois fizeram uso de saldos anteriores. E em 2009 foi um pouco menor, restando assim um saldo para o ano seguinte.

É importante ressaltar também que o projeto EdC recebe grande ajuda de contribuições individuais, pessoas que não possuem empresas mas também querem contribuir. Em 2008 as contribuições individuais chegaram a cifra de 739.753 euros, todos destinados para projetos de desenvolvimento e assistência. Em 2009 essa cifra foi de 714.864 euros dos quais 92% tiveram a mesma destinação de 2008.

Em 2008, o valor de contribuições individuais ultrapassou o valor das contribuições das empresas em 29%, e em 2009, ficou 11% abaixo. Assim, as contribuições individuais possuem pesos semelhantes àquelas destinadas pelas empresas.

4.2 ANÁLISE DAS EMPRESAS ENTREVISTADAS

4.2.1 Caracterização das Empresas

A seguir o quadro 15 com a caracterização das empresas.

Quadro 15

CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS					
EMPRESA	RAMO	UF	FUNDAÇÃO	ADESÃO EdC	PORTE
A	Atacadista de medicamentos	PR	1989	1992	Média-Grande
B	Metalurgia	SP	1966	1991	Média
C	Metal Mecânica	SC	1996	1999	Pequena
D	Pizzaria	AM	1994	1994	Pequena
E	Varejo - Mat. p/ casa e escritório	PR	1990	2003	Microempresa

Quadro 16

PORTE DE EMPRESA	
CLASSIFICAÇÃO	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES

A amostra foi de 5 empresas com categorizações diversas, de porte, ramo de atividade, regiões e adesão ao projeto. As empresas A e B aderiram ao projeto de EdC logo quando este foi criado em 1991 em São Paulo. A empresa D já foi fundada dentro das características da EdC enquanto as outras aderiram após alguns anos. A empresa C aderiu no ano da entrada do segundo sócio, que hoje divide a sociedade em 50% com o sócio fundador da empresa.

Quanto ao faturamento, verifica-se que a amostra se mantém acima da média das outras empresas de EdC.

A empresa A atualmente é umas das maiores empresas de EdC no Brasil sendo assim uma referência. Ela segue firme no seu ramo, tendo seu faturamento

crescido 41% de 2008 para 2009 e mais 12% de 2009 para 2010. O menor crescimento em 2010 foi explicado pelo sócio que é devido a grande inadimplência do setor da saúde e grandes atrasos do setor público.

A empresa B foi bastante afetada pela crise financeira mundial de 2008 e assim como boa parte do seu setor enfrenta grandes dificuldades hoje causadas pela forte valorização do Real. Existe uma dificuldade em competir com os baixos preços dos produtos finais acabados importados da Ásia e até mesmo da Europa. Segundo um dos sócios, a alta tributação também prejudica uma recuperação.

A empresa C também foi afetada por esta crise, contudo em 2010 voltou a ter lucro e seus produtos estão ganhando mais espaço nas prateleiras de lojas de ferramentas. Na visita do autor à empresa logo constatou-se que a característica mais marcante é o excelente clima organizacional, extremamente amigável mesmo na linha de produção marcada por trabalhos pesados.

Os sócios reafirmam a teoria de que o fato de contribuírem com parte do seu lucro para a EdC é apenas um detalhe e que ser uma empresa de EdC é muito mais do que isso. Disseram que a rotatividade é baixa e é comum alguém sair da empresa e depois querer voltar por não ter se adaptado no outro emprego. Ressaltam também que por tentarem viverem dentro dos princípios da EdC criaram uma valiosa relação de confiança com os clientes e fornecedores, e ganharam respeito dos concorrentes.

Já a empresa E não apresenta tão baixa rotatividade assim, mas por escolha dos sócios. Eles costumam contratar como vendedores pessoas mais jovens sem muitas perspectivas e os incentivam a estudar, motivando-os assim a encontrarem melhores oportunidades que exigem mais conhecimento.

4.2.2 Doações do Lucro das empresas estudadas para EdC

Por meio das entrevistas realizadas nas empresas de EdC que compuseram a amostra do trabalho obteve-se uma caracterização de como as mesmas disponibilizam seus lucros para o projeto, conforme apresentado no quadro 17.

Quadro 17

Caracterização da partilha dos lucros nas empresas estudadas				
	Doações atualmente	Doações passadas	Frequência	Percentual fixo
A	Sim	Desde que aderiu	Anualmente	Não
B	Não	até 2006	Mensalmente	5% lucro
C	Não	até 2007	Não definida	Não
D	Sim	Sim	Mensalmente	Não
E	Não	Por 5 anos	Mensalmente	1% faturamento

Foi constatado que todas as empresas pesquisadas enviam ou já enviaram parte dos seus lucros para o projeto. As empresas B e C comentam que foram afetadas pela crise financeira mundial de 2008, interrompendo assim seus repasses para o projeto. Conforme contato pessoal, obteve-se a informação de que também a empresa E parou com as contribuições por estarem investindo em outros empreendimentos.

Em 2010 apenas as empresas A e D realizaram a contribuição. Sendo assim em 2010 o grupo se manteve abaixo da média percentual calculada anteriormente, que concluiu que pouco menos da metade das empresas identificadas com a EdC conseguiam doar parte dos seus lucros. Existe a possibilidade de no ano de 2011 a média manter-se um pouco acima, devido ao fato de que a empresa C menciona a intenção de contribuir novamente.

Em relação à frequência, constata-se que o envio das doações, quando realizadas, nas empresas pesquisadas tende a ocorrer mensalmente, com exceção da empresa A que nos últimos três anos passou a realizar o envio anualmente no mês de Dezembro. A empresa C manteve-se indefinida, não seguindo uma regra como as outras.

Com exceção da empresa D, a frequência mensal casa com as empresas que estipularam percentuais definidos para a doação. Pode significar que ter esse percentual definido seja mais fácil programar as contribuições por mês, pois não necessita de tanto tempo para decidir quanto enviar. A empresa A e C que não definiram um percentual fixo possuem mais tempo para planejar o montante a ser enviado.

A seguir o quadro 18 apresenta o resumo dos dados financeiros das empresas em parte obtidos pelas respostas deste questionário, em parte obtido por respostas às perguntas feitas em outros contatos e em parte obtidos através dos balanços patrimoniais e DRE enviados pela empresa A e B. A empresa A solicitou o sigilo do seu respectivo faturamento, razão pela qual somente os percentuais foram utilizados. Apenas como referência foi inserido a faixa de faturamento de uma empresa de porte média - grande de acordo com o BNDES. O faturamento da empresa E foi obtido através de pesquisa sobre o faturamento médio por loja da sua franquia, assim como o percentual do lucro. As médias são anuais, e foram calculadas referentes aos períodos que ocorreram as doações, por exemplo, a média da empresa B foi feita entre o período de 2003 à 2005, época em que efetuou contribuições, e da empresa A entre o período de 2008 à 2010.

Quadro 18

MÉDIAS RESULTADOS FINANCEIROS E LUCROS DAS EMPRESAS (em milhares de reais)					
	A	B	C	D	E
Faturamento	90000 < x > 300000	R\$ 34.000	R\$ 6.600	R\$ 2.500	R\$ 2.000
Lucro	-	R\$ 1.500	R\$ 462	R\$ 175	R\$ 200
%	1,50%	4,41%	7,00%	7,00%	10,00%
Doação	-	R\$ 75	R\$ 10	R\$ 2,6	R\$ 20
%	5,00%	5,00%	2,16%	1,50%	10,00%

As empresas A e B estão entre as maiores representantes entre as empresas de EdC no Brasil. Em relação ao percentual do lucro sobre o faturamento, a empresa A é que apresenta a menor média. O presidente da empresa explicou que a margem do setor é baixíssima.

De acordo com reportagem da folha online (*online*, 2011) o percentual médio dos lucros distribuídos como dividendos pelas empresas de capital aberto em 2007 foi de 43,6%, e no ano de 2006, 46,1%. O setor que mais distribuiu dividendos em

valores absolutos no ano de 2007 foi o bancário, que propôs a distribuição de dividendos de 35,8% em relação ao total dos lucros, e em segundo ficou o de energia, com o percentual de 63,8% sobre o lucro. Esses números não levam em conta as outras formas de remuneração dos acionistas, que podem aumentar o percentual sobre o lucro destinado para estes.

Comparando as finalidades dos lucros das empresas de EdC (uma parte para reinvestimento na empresa e as outras duas destinadas à EdC) e as mais comuns finalidades dos lucros das empresas listadas na Bovespa (reinvestimento na empresa e remuneração dos acionistas), percebe-se que as empresas listadas destinam percentuais maiores para a finalidade que não permanece na empresa.

Os percentuais destinados do lucro para a EdC pelas empresas estudadas também ficaram abaixo de dois terços. No início da EdC, era dito que a divisão do lucro deveria ser em três partes iguais, logo 66% do lucro da empresa deveria ser destinado para a EdC. Mais tarde, este percentual se tornou apenas uma referência, e foi frisado que o gestor deve fazer a comunhão do lucro livremente. (MOLTENI, 2002).

Coincidentemente as duas maiores ficaram com a média de 5% de doação sobre o lucro. Sabe-se que a empresa B definiu este percentual para todos os anos e atualmente devido à crise financeira mundial de 2008 deixou de contribuir. Já a empresa A todo ano envia uma parte do lucro, mas o valor varia a cada ano. No ano de 2010 foi enviado um valor bem acima da média, 12,5% do lucro. O que significa que em 2008 e 2009 os valores enviados foram bem abaixo da média. As variações podem depender do planejamento que o empresário faz, do momento em que a empresa se encontra ou outros fatores.

No quadro 19 a seguir foi perguntado aos gestores como a doação é tratada quanto a parte contábil.

Quadro 19

PERGUNTA 8
COMO A DOAÇÃO É TRATADA CONTABILMENTE?
EMPRESA A
Despesa não dedutível. Não se trata de doação com possibilidade de ser lançada como despesa e assim reduzir o IR.
EMPRESA B
Como doação porque ainda não podemos deduzir do imposto de renda.
EMPRESA C
É feita uma distribuição de lucros para os sócios e então eles repassam para o escritório de EdC.
EMPRESA D
É pago contra recibo. Estamos averiguando a situação da pessoa jurídica recebedora para sair como doação a entidades sem fins lucrativos.
EMPRESA E
Como a Empresa se enquadra no SIMPLES (sistema tributário) é indiferente, não sendo contabilizado

A forma adequada de registrar na contabilidade a doação para o projeto de EdC conforme constatado na revisão teórica é fazer o seguinte lançamento contábil: debitar da conta de lucros do exercício e creditar para contribuições ou doações a pagar no passivo.

Legalmente a preocupação maior é com as empresas que são tributadas através do Lucro Real, como as empresas A e B. Pelas respostas nota-se que nenhuma empresa vai de encontro com a legislação tributária pois a doação à EdC é uma despesa não dedutível de imposto de renda. Este talvez seja um dos diferenciais de uma empresa de EdC, pois muitas empresas que doam para área social e cultural e que podem utilizar tal incentivo fiscal, o fazem. No ano 2000 conforme apontou pesquisa realizada pelo GIFE, 4.349 empresas usaram os incentivos.

A empresa C comentou que destinava a parte dos lucros para a EdC através de distribuição de lucros para os sócios. Conforme visto na revisão teórica, esta não é maneira adequada de escrituração contábil da doação. Pois dessa forma não fica registrado contabilmente. Assim como a empresa E que comentou que não realizava o registro contábil das suas doações. Quanto ao interesse da empresa D de sondar se é possível a doação sair como se fosse para uma ONG, hoje não é possível, pois a EdC não está cadastrada como tal.

4.2.3 Descrição de outros aspectos abordados nas entrevistas

A seguir será apresentado um resumo do resultado obtido nas questões 9, 10 e 11 (ver em anexo B), que apesar de não serem diretamente o foco do trabalho, mostram alguns dados de interesse geral, referentes a fatores que influenciam a tomada de decisão do gestor de quanto contribuir à EdC, a aspectos dos planejamentos financeiro das empresas e a planos de expansão.

O fator mais citado que influencia na decisão de quanto distribuir ou de distribuir ou não foi a análise do fluxo de caixa e as conseqüentes possibilidades do momento. As empresas A, B e C mencionaram este fator. A empresa C ainda comentou que nem sempre o lucro contábil apurado no exercício reflete a disponibilidade financeira momentânea do caixa.

Conforme (ROSS, p. 67) toda vez que uma empresa decide reforçar suas reservas de caixa, na verdade, decide não aumentar seu fluxo de caixa aos acionistas. É uma importante decisão que os administradores devem tomar, estabelecer qual o saldo de caixa apropriado para uma empresa.

Assim, a decisão de quanto distribuir aos acionistas e de quanto doar à EdC impactam o caixa da empresa, devendo este ser analisado antes da tomada da decisão.

A empresa E acredita que a análise do fluxo de caixa não impacta na decisão por compreender apenas um curto período. Foi considerado para esta como fator mais importante na tomada de decisão um planejamento mais a longo prazo, como por exemplo, no caso deles, cessaram as contribuições em vista de um novo investimento que estão realizando para a abertura de uma outra empresa.

Outro fator em comum citado pelas empresas C e E foi novamente a liberdade na decisão.

Alguns fatores normalmente encontrados na tomada de decisão das empresas listadas na Bovespa não foram abordados tais como lucro líquido, endividamento, taxa de juros e câmbio.

Não é possível dizer também se o ciclo de vida da empresa afeta na decisão das empresas de EdC por na amostra somente contêm empresas já maduras no mercado.

A empresa A usou o espaço para enriquecer sua resposta com fatos específicos e uma comunhão referente às práticas de EdC. Mencionou a dificuldade de realizar um planejamento financeiro havendo tanta inadimplência no setor da saúde, e nas licitações do setor público. Sobre este último, citou que às vezes sua empresa é penalizada por seguir seus princípios éticos e não aceitar suborno, recebendo os pagamentos com atraso referentes às licitações.

Pelo comentário da empresa A referente à necessidade de no início do ano fazer uso de recursos de terceiros por conta dos não recebimentos infere-se que normalmente a estrutura de capital da empresa é formada somente com capital próprio.

A empresa E cita o fato de somente realizarem suas compras à vista, e de a próxima unidade estar totalmente paga antes de funcionar. Significa que também trabalham com baixa capital de terceiros, mantendo sua estrutura de capital com o capital próprio assim como a empresa A.

Duas empresas possuem planos de expansão, as empresas D e E, e a empresa C a pouco tempo realizou a sua expansão. As empresas A e B estão mais focadas em manter saudável a atual estrutura.

Na empresa E contata-se uma clara relação do plano de investimento em expansão afetar suas doações, pois afirmaram que deixaram de contribuir temporariamente para gerar caixa em virtude do investimento que está sendo realizado.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo examinar a práxis da partilha dos lucros como fundamento de empresas de Economia de Comunhão. Este trabalho buscou também descrever a proposta da Economia de Comunhão, analisar a distribuição do lucro das empresas participantes do projeto, descrever o processo da distribuição de parte dos lucros nas empresas de EdC estudadas e descrever processos formais das mesmas.

No decorrer deste trabalho foram abordados os princípios de um novo agir em economia, mesmo que dentro do capitalismo, a Economia de Comunhão, baseada na partilha do lucro.

Os números totais das doações de todas as empresas da EdC no mundo não formam valores expressivos, em 2009 o total foi de 796 mil euros, em comparação com os grandes números da filantropia e ONGs.

As empresas de alguns países são responsáveis pela maior parte das doações, como Itália, Bélgica e Brasil. Os cinco primeiros da lista em 2009 enviaram 68% do total das doações.

Dois fatores são comuns nesses países: expressiva presença do Movimento dos Focolares e o fato de pertencerem a regiões desenvolvidas; com exceção do Brasil na terceira posição e das Filipinas na oitava posição.

No Brasil, constata-se a mesma lógica, as regiões mais desenvolvidas contribuíram com a maior parte das doações, com destaque para a Região Sudeste. Ainda, neste país não existe uma empresa de grande porte que tenha aderido ao projeto. Isto pode ser devido ao fato de que geralmente empresas de grande porte são constituídas por mais sócios e possuem uma maior estrutura, implicando no aceite da maioria.

No âmbito das empresas, foi constatado que, na média, pouco menos da metade delas enviam parte dos seus lucros para a EdC, sendo que não existe regularidade em todas elas.

Em relação à regularidade e valores das doações pelas empresas de EdC observou-se no Brasil, considerando o período de 2001 a 2009, uma estagnação levando-se em conta a inflação do mesmo período. Este fato pode acarretar uma

tensão no desenvolvimento do projeto, o que pode causar frustração nas expectativas dos seus colaboradores.

É importante citar que além dos lucros das empresas, as contribuições pessoais também contribuem com o projeto, e o total destas geralmente é similar com o total dos lucros enviados. Isto pode indicar uma inconsistência na proposta original, na qual as empresas deveriam ser as principais contribuintes do projeto.

Na amostra utilizada para este trabalho de cinco empresas, uma é de médiogrande porte, outra de médio porte, duas de pequeno e outra microempresa.

Foi constatado neste estudo que a partilha do lucro não é objetivo final das empresas de EdC, e sim apenas uma das características. Outras são tão relevantes quanto, como por exemplo, os excelentes climas organizacionais presentes nas companhias, valorização do caráter humano de uma empresa e uma atitude ética na condução da empresa.

No que diz respeito ao aspecto contábil, quando comparado as formas de registro contábil da destinação do lucro para a EdC com a forma de registro sugerida como a ideal por Brandalise, percebe-se que nem todas seguem esta sugestão. Mas nenhuma delas utiliza a doação como despesa dedutível do imposto de renda, pois isso seria ilegal.

A média das doações sobre os lucros das empresas ficaram abaixo dos 10%. Em comparação com o percentual do lucro que as empresas de capital aberto destinam aos seus acionistas, este se mostrou um percentual baixo. Aparentemente estas empresas reinvestem uma menor parcela de seus lucros nelas mesmas. Contando que a parcela do lucro da empresa de EdC não destinada ao projeto seja também reinvestida nela mesma, surge outro questionamento, se as empresas de EdC não estariam retendo mais lucros do que necessário.

Análise do fluxo de caixa e disponibilidades momentâneas foram os fatores mais citados quando perguntado o que influenciava mais na decisão de quanto doar do lucro ou se era possível doar ou não. Outro fator, esse mais óbvio, que influencia na doação, é se as empresas apuram prejuízos no período. Caso de duas empresas durante a crise financeira mundial de 2008. Investimentos para expansão também podem influenciar a decisão de compartilhar o lucro.

Assim, os resultados do estudo sugerem que o fundamento da EdC da partilha dos lucros não é colocado, em sua totalidade, em prática na maioria das empresas que aderem o projeto, surgindo uma reflexão, da necessidade de revisão deste princípio pelos participantes dessa proposta.

Verifica-se que o início da EdC, em 1991, foi marcado pela premissa que a divisão dos lucros seria em 3 partes iguais: uma destinada aos projetos de assistência, outra ao desenvolvimento da cultura de EdC e outra para o reinvestimento na própria empresa. Após o ano de 1998, alterou-se a proposição, colocando em relevo, que as empresas poderiam definir o percentual de cada parte.

Os dados levantados neste trabalho apontam para um momento de revisão da premissa, ou seja, questiona, se atualmente, ainda é a partilha regular dos lucros o distintivo das empresas de EdC, ou será que as demais características dos empresários que comungam o projeto possuem maior relevo.

Esta revisão sugerida não desmerece a iniciativa da EdC. Como proposição de economia, enquanto ciência social verifica-se a dinamicidade oriunda da sociedade, a qual ela serve. Ainda, pelo fato da EdC ser parte de um movimento, é fato que existe uma ideologia que anima a proposta, neste caso, “a cultura do dar”, que depende da predisposição dos seus aderentes.

O trabalho atingiu seu objetivo, de examinar a práxis da partilha dos lucros como fundamento de empresas de Economia de Comunhão. Este conhecimento pode ser útil para empresários e estudiosos de EdC refletirem sobre a partilha do lucro como premissa do projeto.

Este trabalho também pode ser útil para a academia, mostrando uma forma alternativa de empresas capitalistas. Também é útil para difundir o projeto de Economia de Comunhão para os que tenham interesse no assunto.

As limitações do trabalho podem ter decorrido em consequência do tamanho da amostra, pouca bibliografia existente e falta de atualização de alguns dados das empresas de EdC no Brasil. Porém, a amostra abrangeu algumas das maiores empresas da EdC no país, de variados tamanhos, ramos e localizações, o que permitiu uma ampla comparação. Ainda, a média de empresas que doam das empresas estudadas é compatível com a média geral de todas as empresas de EdC no Brasil.

Sugere-se a continuidade dos estudos das práticas dos empresários de EdC, para contribuir na consolidação de modos de agir que façam diferença na construção de uma sociedade mais fraterna.

REFERÊNCIAS

BBC BRASIL, **Pobres da Noruega ganham mais que rico em 57 países.**

Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070103_renda_onu_dg.shtml>. Acesso em: 29 Set. 2010.

BRAGA, Viviane C. G.; BRAGA, Eduardo. **O reinvestimento do lucro proporcionando aumento na rentabilidade do acionista brasileiro nos setores de siderurgia, metalurgia, papel e celulose, bebidas e fumo, no período de 2002 a 2006.** In. SEMEAD 11, São Paulo, 2008.

BRANDALISE, Luiz A. **A finalidade do lucro para as empresas de economia de comunhão.** 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia**. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

BRUNI, Luigino. **Desafios e perspectivas**. In. Folder Economia de Comunhão, São Paulo, 2011.

CARVALHO, Maria Luisa; GUARESCHI, Pedrinho. **Economia de Comunhão: Responsabilidade social, ideologia e representações sociais**. In. Psicologia ciência e profissão 2009, 29 (11), p. 88-101.

DECOURT, Roberto F. **O processo decisório da distribuição de lucros das empresas listadas na Bovespa**. 2009. 138 f. : il.

EDC ONLINE, **Relatório sobre o destino das ajudas EDC em 2009**. Disponível em: <<http://www.edc-online.org/br/o-que-e/partilha-dos-lucros.html>>. Acesso em: 29 Set. 2010.

FERRUCCI, Alberto. **Uma dimensão diferente da economia: a experiência Economia de Comunhão**. In: BRUNI, Luigino (Org.). Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 31-40.

Folder Economia de Comunhão, **Assembléia Mundial EdC – “Protagonistas Hoje de uma Nova Economia”**. São Paulo, 2011.

FOLHA ONLINE. **Remuneração a acionistas aumenta 15%**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u389478.shtml>>. Acesso em: 12 Jul. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 1991.

GILBERTO, José. **Lucro distribuível**. Caderno de Estudos. São Paulo: FIPECAFI, junho, 1992.

GITMAN, Lawrence J.. **Princípios da administração financeira: essencial**. 2ed.. Porto Alegre: Bookman, 2001.

INSTITUTO BRASIL VERDADE. **Terceiro setor cresce além das expectativas**. Disponível em: <http://www.institutobrasilverdade.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=182>. Acesso em: 12 Jul. 2011.

IUDICIBUS, Sergio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades : de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo : Atlas, 2010. xxvi, 794 p. : il.

LUBICH, Chiara. A experiência economia de comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico. In BRUNI (org). **Economia de**

comunhão – uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2002. p. 12-19.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. Ed.. São Paulo: Atlas, 2008, 2007, 2003, c 1992.

MARQUES, Dalton S. P.; MELO, Edgard M.; NAGANO, Marcelo S. **Economia de Comunhão e redes de empresas: estudo de caso e análise de conteúdo**. In. Rev. FAE, Curitiba, v.10, n.2, p.115-129, jul./dez. 2007

MOLTENI, Mario. **Os problemas de desenvolvimento das empresas de “motivação ideal”**. In: BRUNI, Luigino (Org.). **Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 89-110.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Empresas não usam incentivos fiscais para doações sociais**. Disponível em: < <http://www.observatoriosocial.org.br/conex2/?q=node/216>>. Acesso em: 12 Jul. 2011.

PINTO, Mário. C. S.; LEITÃO, Sérgio. P. **Economia de Comunhão: Empresas para um capitalismo transformado**. Rio de Janeiro: FGC, 2006.

POMPERMAYER, Fernanda. **Economia e reciprocidade, uma equação possível**. **Cidade Nova**, São Paulo, exemplar 534, n. 10, p. 15-19, Out. 2010.

PORTAL EXAME. **Brasil é o 3º país com a pior desigualdade, aponta Pnud**. Disponível em: < <http://portalexame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-3o-pais-pior-desigualdade-aponta-pnud-581119.html>>. Acesso em: 11 Out. 2010.

PORTAL-RP. **A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas**. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0098.htm>>. Acesso em: 12 Jul. 2011.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Nelson dos. **Aspectos relacionados com o lucro passível de distribuição e a manutenção do capital da empresa**. Caderno de Estudos. São Paulo: FIPECAFI, n.10, maio 1994.

SCHERER, Luciano M.; MARTINS Eliseu. **Manutenção de Capital e distribuição de dividendos**. Curitiba: Rev. FAE, v.6, n.2, p.65-83, maio/dez. 2003.

SCHMIDT, Paulo. **Lucro Distribuível**. ConTexto, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 103-158, 2001.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

UOL NOTÍCIAS, **Fome é “alarmante” em 29 países, revela estudo.** Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/10/11/fome-e-alarmante-em-29-paises-revela-estudo.jhtm>>. Acesso em: 11 Out. 2010.

VAN HORNE, James C.. **Política e administração financeira.** Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo, 1975.

WIKIPEDIA, **Concentração de renda.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Concentra%C3%A7%C3%A3o_de_renda>. Acesso em: 11 Out. 2010

ANEXO A - QUESTIONÁRIO

O presente questionário é destinado a empresas de Economia de Comunhão com a finalidade de colaborar com o estudo sobre o lucro e doações nas empresas do projeto. O objetivo final deste estudo é a realização de um Trabalho de Conclusão na UFRGS.

- 1) Empresa:
- 2) Ramo:
- 3) Ano de fundação:
- 4) Ano de entrada no projeto EdC:
- 5) É ou foi feita alguma doação do lucro da empresa para a EdC?
- 6) Com que frequência? É possível especificar valores ou percentuais?
- 7) Quem toma essa decisão?
- 8) Como a doação é tratada contabilmente?
- 9) Como a decisão é tomada? É definido algum percentual sobre o faturamento ou sobre o lucro? É elaborada alguma análise sobre o fluxo de caixa da empresa ou sua necessidade de capital de giro?
- 10) É realizado algum planejamento financeiro? Com que base?
- 11) A empresa tem planos de expansão?

ANEXO B – RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS

PERGUNTA 5
É OU FOI FEITA ALGUMA DOAÇÃO DO LUCRO DA EMPRESA PARA EdC?
EMPRESA A
Sim, desde o ano que aderimos fizemos doações.
EMPRESA B
Sim, foram realizadas doações no passado, mas desde 2006 não foi mais possível,
EMPRESA C
Sim. Eram feitas doações regulares para a EdC até o ano de 2007 Agora em 2011 a intenção é reiniciar com as doações.
EMPRESA D
Sim. Todo mês enviamos parte dos lucros para o escritório regional, que fica em Belém.
EMPRESA E
Sim. Durante aproximadamente 5 anos.

PERGUNTA 6
COM QUE FREQUÊNCIA? É POSSÍVEL ESPECIFICAR VALORES OU PERCENTUAIS?
EMPRESA A
Por muitos anos depositamos mensalmente, nos últimos 3 anos optamos por fazer a doação no mês de dezembro. Em 2010 colocamos em comum 12,5% do lucro, sendo 80% deste valor para o fundo dos pobres ligado a EdC e o restante para outros projetos.
EMPRESA B
A doação é mensal de 5% do lucro líquido
EMPRESA C
Sem uma regularidade definida, as vezes mensalmente as vezes com um espaço maior de tempo. É difícil especificar valores pois sempre seguiram o princípio de doar na liberdade. Algumas vezes a doação acontece de forma indireta, por exemplo, levar a equipe inteira para um congresso de EdC (não pagam o valor integral para também os funcionários valorizarem). Contaria como formação de homens novos. E também são levadas em conta eventuais necessidades internas como as de funcionários. Por exemplo, foi concedido um empréstimo para melhoramentos básicos para a moradia. Ainda dentro do espírito da EdC de inclusão e valorização da pessoa, aproveitam datas comemorativas para se reunir. Na comemoração dos 15 anos de empresa em maio, a empresa bancou um final de semana num hotel fazenda em Florianópolis. Para o projeto mesmo, nos anos que houveram doações, uma média por cima seria em torno de 10 mil anuais.
EMPRESA D
É feito mensalmente. O valor varia, pois depende do resultado apurado.

EMPRESA E
Mensalmente. Como a EdC é uma adesão de livre vontade, sem cobranças, estabelecemos 1% do faturamento, pois a apuração do lucro levado à ponta do lápis (incluindo prolabore, retorno sobre o investimento, depreciações de um modo geral, etc...) implicaria , certamente, em valores menores de contribuição.
PERGUNTA 7
QUEM TOMA ESSA DECISÃO?
EMPRESA A
No nosso caso tomamos esta decisão entre nós acionistas. Mas os funcionários são comunicados e todos ficam bastante contentes.
EMPRESA B
Essa decisão foi feita pela direção da empresa e feita automaticamente todos os meses.
EMPRESA C
A decisão nasce do comum acordo entre os dois sócios, cada qual com 50% de ações.
EMPRESA D

Os dois sócios: eu e minha esposa.

EMPRESA E

Os proprietários da Empresa que livremente a filiaram à ANPEC

PERGUNTA 9

COMO A DECISÃO É TOMADA? É DEFINIDO ALGUM PERCENTUAL SOBRE O FATURAMENTO OU SOBRE O LUCRO? É ELABORADA ALGUMA ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA OU SUA NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO?

EMPRESA A

Nós tomamos esta decisão não por percentual, mas pela possibilidade do momento, pensando também no fluxo de caixa. No entanto, nos esforçamos anualmente para não esquecer deste aspecto importante da vocação da empresa (dividir).

EMPRESA B

Sempre é feita a análise do fluxo e das necessidades da empresa.

EMPRESA C

Como dito anteriormente a decisão é baseada no princípio da liberdade. Varia muito de acordo com as necessidades e com a disponibilidade de caixa. Nem sempre o lucro apurado contabilmente corresponde ao que sobrou de dinheiro.

EMPRESA D

Não. Por enquanto é definido um valor de comum acordo com os sócios.

EMPRESA E

Como tudo se passa em completa liberdade de adesão, a decisão vale para o ano todo, mas poderia ser baseada mês a mês, conforme o resultado. Tínhamos estabelecido 1% sobre o faturamento. Suspendemos as contribuições para investir integralmente numa nova Empresa, que, certamente, se viabilizará e se tornará igualmente uma Empresa EdC. O fluxo de caixa é sempre momentâneo, reflete apenas uma fotografia da situação, não devendo portanto impactar na decisão de contribuir ou não. A necessidade de capital de giro é inerente ao negócio e deve ser tratado no planejamento estratégico da Empresa.

PERGUNTA 10
É REALIZADO ALGUM PLANEJAMENTO FINANCEIRO? COM QUE BASE?
EMPRESA A
<p>Sim, planejamos com certa antecedência. O ano de 2010 foi particularmente difícil em função da grande inadimplência do setor de saúde. Terminamos o ano com lucro (mesmo que baixo), mas sem recursos devido a grandes atrasos do setor público. Mesmo sem comprometer a empresa e sua saúde econômico/financeira, iniciamos 2011 com necessidade de recursos de terceiros. Acreditamos que estes valores (bancos) poderão ser quitados até dezembro de 2011.</p> <p>Fiz questão de comunicar estas dificuldades até mesmo como testemunho das empresas de EdC (e outras que procuram agir de forma correta) que, por não comungar com práticas imorais são muitas vezes penalizadas (como no nosso caso) com grandes prejuízos. Refiro-me a inadimplência que em muitas ocasiões são penalidades para as empresas que “não entram no jogo” do mau uso do dinheiro público.</p>
EMPRESA B
Sempre é feito o planejamento financeiro, e dentro dele é reservado 5% do lucro para EdC salvo quando há problemas.
EMPRESA C
Primeiro é realizado um planejamento estratégico, depois é definido o que vai ser gasto em investimentos, melhorias, treinamento, benefícios para os funcionários como aulas de ensino médio dentro da empresa. Geralmente todo o lucro é reaplicado na empresa, sendo a remuneração dos acionistas somente o pró-labore. Retiradas para os próprios sócios são raras.
EMPRESA D
Por enquanto não. Para nosso planejamento 2011, incluímos este aperfeiçoamento.
EMPRESA E
<p>Sim. Temos por premissa compra a vista (prazo médio 10 dias) e vender a prazo, mantendo sempre o estoque totalmente pago. Isto é cultural em nossa forma de trabalhar. Mesmo na nova Empresa continuamos com esta filosofia. Mesmo a nova unidade deverá estar totalmente paga quando começar a funcionar.</p>

PERGUNTA 11
A EMPRESA TEM PLANOS DE EXPANSÃO?
EMPRESA A
Atualmente não. Nosso objetivo é solidificar a atual estrutura.
EMPRESA B
Estamos prevendo melhorias para abaixar custos e melhorar qualidade. Na conjuntura atual do Brasil não da prever qualquer tipo de expansão.
EMPRESA C
A empresa recentemente realizou uma integração vertical comprando uma empresa de fundição de ferro para fornecer o ferro como matéria-prima. Ainda são necessários altos investimentos na infraestrutura desta empresa.
EMPRESA D
Sim. Depois da assembleia 2011, vimos que podemos colocar nosso know how de muitos anos a serviço do crescimento da EdC. Pretendmos abrir um novo restaurante e também pontos de delivery.
EMPRESA E
Sim. É uma franquia que possui 115 unidades em operação no Brasil. Temos 1 loja em Apucarana-Pr e 2 em Londrina-Pr. Já contratamos, e estamos pagando, a quarta unidade no shopping Boulevard Marco Zero do grupo Sonae, também em Londrina, com inauguração prevista para setembro de 2012.